

JORNAL DA TARDE

Para o Conselho Monetário, o pacote veio na hora certa.

Economia - Brasil

5 DEZ 1985

O pacote econômico do governo foi debatido exaustivamente pelos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) durante a reunião de ontem. Alguns conselheiros, inclusive do governo, levantaram dúvidas sobre o projeto, mas, ao final do encontro, chegou-se à conclusão de que esta foi a melhor oportunidade para a implantação das medidas, que visariam combater efetivamente a inflação e impor austeridade.

O ex-governador Roberto Abreu Sodré, de São Paulo, propôs ao ministro Dilson Funaro que o governo comece a importar desde já os produtos alimentares de que necessita e estocá-los. Sodré ressaltou que o governo não pode continuar importando produtos em cima da hora, justamente quando há falta no mercado. "É preciso planejamento", recomendou o representante da iniciativa privada.

Por sua vez, o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, garantiu que o comércio obterá uma expansão extraordinária em suas vendas no período de janeiro a setembro, em decorrência da redução da retenção do Imposto de Renda na fonte. Para o banqueiro Pedro Conde, do BCN, o pacote foi bem recebido.

Várias propostas importantes não foram sequer examinadas na reunião de ontem. O próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, presidente do CMN, tratou de retirar de pauta, à última hora, a proposta da Caixa Econômica Federal para lançar letras imobiliárias.

Também não foi examinado o aumento das taxas de juros agrícolas para a região Nordeste. O banqueiro Angelo Calmon de Sá já havia levado ao CMN uma proposta pela manutenção das taxas ao nível de hoje, extremamente subsidiadas.

O professor Octávio Gouveia de Bulhões, como sempre o primeiro a deixar a reunião do CMN, mais uma vez propôs ao governo, desta vez através de documento a Funaro, que o orçamento fiscal não embuta taxa de inflação. "É preciso partir do zero no ano que vem para combater com eficácia a inflação."

O ministro do Pianejamento, João Sayad, foi enfático ao reiterar que o governo não está pensando em fazer míndi ou maximizar desvalorização do cruzeiro, em decorrência da mudança de índices na economia. "Se o mercado paralelo aumentou, pode ser por causa do ouro ou de outros motivos, ele é extremamente sensível", explicou Sayad,

para em seguida recomendar: "Tirem da cabeça essa história de minidesvalorização".

Havia a expectativa que o CMN definisse novas alíquotas do Imposto de Renda (sem aumento real) sobre as operações financeiras de curto prazo (open market), além da homologação da criação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado). O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, informou que estes dois votos serão analisados apenas no próximo dia 17, data da última reunião do CMN neste ano.

O Conselho Monetário também aprovou o novo regulamento de penalidades às instituições financeiras e seus administradores. O diretor de Fiscalização do Banco Central, José Tupy Caldas Moura, explicou que não é propriamente um novo regulamento, mas sim o aprimoramento do existente hoje, tornando-o mais coerente.

O CMN aprovou também programa de produção e comercialização de hortaliças nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás. Serão destinados Cr\$ 25 bilhões para o programa do Banco do Brasil e bancos estaduais. Os produtos com prioridades nos programas são alface, beterraba, cenoura, pimentão, repolho e tomate.